

Mailson quer convencer FMI a aceitar déficit de 2,8 trilhões

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, pretende convencer a equipe do Fundo Monetário Internacional (FMI) a aceitar, para a formalização do acordo *stand-by*, um déficit público este ano no limite de 4% do PIB, cerca de Cz\$ 2,8 trilhões. Para isso, no entanto, terá de obter uma redução de mais 0,9% no déficit estimado para este ano, de 4,9% do PIB, já considerado o impacto financeiro do pacote de quinta-feira.

Essa redução corresponde a Cz\$ 630 bilhões — considerando-se um PIB de Cz\$ 70 trilhões — e deverá ser obtida como resultado da reformulação dos orçamentos da União e das empresas estatais, afetando principalmente os gastos de custeio. Esse trabalho, especialmente o

relacionado com o Orçamento Geral da União, começou a ser feito pela SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças) a partir do momento em que ficou resolvida a questão da URP, decidindo-se por uma economia de Cz\$ 700 bilhões na folha de pagamento do pessoal da administração direta.

Em relação às estatais, há dúvidas sobre a possibilidade de uma redução substancial nas dotações para o custeio, tendo em vista a virtual impossibilidade de controlar os gastos dessas verbas. Embora as autoridades garantam que não há decisão nesse sentido, é possível que haja necessidade de um novo corte nos investimentos das empresas do governo, especialmente das grandes *holdings* como a Petrobrás, a Eletrobrás e a Siderbrás.

Na avaliação de um técnico do Planejamento, tudo dependerá de

como se fará a repartição dos Cz\$ 630 bilhões a serem economizados entre a administração direta e as empresas estatais. A fatia maior ficará novamente com a administração direta e os cortes aparecerão embutidos nas destinações de dotações, no âmbito da reformulação orçamentária.

O secretário da SOF, Ribas Neto, diz que haverá nos próximos dias um verdadeiro corpo-a-corpo entre seu pessoal e os técnicos dos diversos ministérios encarregados da elaboração orçamentária em seu respectivo nível. Contudo, alguns parâmetros definidos pela Seplan e pela Fazenda terão de ser obedecidos, entre os quais a proibição de gastos adicionais a qualquer título, especialmente no item serviços de terceiros. Obtido o ganho de Cz\$ 630 bilhões, terá sido fechada a conta do déficit de 4% do PIB.